e, quiçá, a correção tempestiva do que quer parecer ser uma falta própria das pequenas administrações. Evidentemente, o quanto aqui exposto cinge-se a este caso concreto, que corre em rito sumário, não pleno, e sem possibilidade de contraditório – justamente em virtude do protocolo feito às vésperas do prazo legal para tanto, a rigor do que dispõe o artigo 113, parágrafo 2º da lei de licitações.

(g) o prazo de vigência do futuro contrato é de 12 meses (item 9.1 do edital), razão pela qual a ausência de cláusula de reajuste não configura ilegalidade manifesta (art. 3º, § 1º, da Lei nº 10.192/2001), conforme já anotou o Tribunal de Contas da União (Acórdão 7.184/2018 Segunda Câmara, Recurso de Reconsideração, Relator Ministro Augusto Nardes).

(h) o representante trouxe cópia do ato convocatório, do que se infere ter sido devidamente identificado de sua existência. Deve-se alertar a administração para que se atente ao dever de publicidade de seus atos, sendo certo que a verificação de seu descumprimento poderá ensejar a aplicação de sanção por omissão do exame ordinário da matéria, respeitando-se o devido processo legal.

(i) não há ilegalidade manifesta na ausência de exigência de prova de conceito. Ao revés, trata-se de providência que pode aumentar o universo de participantes no certame, em benefício da economicidade.

Considerando tudo o quanto acima exposto, estão ausentes indícios de perigo na demora ou de fumaça do bom direito, tornando inviável deferir o pleito cautelar.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 220, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento do feito.

Registra-se que essa conclusão não significa que a matéria deixará de ser apreciada por esta Corte de Contas, mas tão somente desloca a devida análise para momento posterior, pela fiscalização ordinária deste Tribunal, caso eventualmente seja celebrado o respectivo contrato, nos termos do disposto no caput daquele mesmo artigo da Lei de Licitações.

Publique-se.

Aguarde-se o prazo para recurso e comunique-se o fato ao Ministério Público de Contas e à fiscalização, para anotações, arquivando-se ao final.

O cartório deve encaminhar o presente despacho à entidade promotora do certame, por correspondência eletrônica, para juntar aos autos do correspondente processo administrativo da licitação.

Ao cartório para as providências devidas.

PROCESSO: 00008206.989.21-2. REPRESENTANTE: NEXPRIME LOCADORA DE VEÍCULOS E TRANSPORTES LTDA (CNPJ 12.577.477/0001-13). ADVOGADO: MARCONILIO FLOR PEREIRA (OAB/SP 156.223). REPRESENTADO(A): PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO (CNPJ 46.415.998/0001-96). ASSUNTO: Representação visando ao Exame Prévio do Edital de Concorrência n.º 01/2021, da Prefeitura Municipal de São Pedro, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes na zona urbana e rural deste Município, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-10.

Tratam os autos de representação formulada por Nexprime Locadora de Veículos e Transportes Ltda., em face do edital da Concorrência Pública n.º 01/2021, instaurada pela Prefeitura Municipal de São Pedro, com vistas à contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar de alunos residentes na zona urbana e rural do Município, destinados a suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Suscita a empresa representante, em apertada síntese, eventual restritividade decorrente dos Índices de Liquidez Geral (LG 7 1,20) e Liquidez Corrente (LC 7 1,20) previstos no item 7.2.11.2 do edital.

Do exposto, requer a suspensão do certame e posterior retificação do instrumento convocatório.

Para fins de registro, deve-se anotar que: (i) o edital é datado de 25/02/2021; (ii) a representante protocolou sua petição neste Tribunal no dia 29/03/2021, quando já não havia tempo para que a Administração licitante pudesse ser instada a se manifestar a respeito; (iii) não houve qualquer comprovação da alegada apresentação de impugnação administrativa junto ao município; e (iv) a sessão de abertura dos envelopes está prevista para ocorrer amanhã, dia 31/03/2021.

É o relatório.

Decido.

Inviável a apreciação do teor do pedido, considerando-se, em especial, o aspecto temporal envolvido.

Com efeito, consta do sistema eletrônico deste Tribunal que a peça vestibular fora protocolizada eletronicamente no dia 29/03/2021, às 17h28min, após o término do expediente, e chegou neste Gabinete às 08:03hs de hoje, terça-feira, 30/03/2021, véspera da data designada para abertura dos envelopes, inexistindo, portanto, lapso de tempo suficiente para uma adequada apreciação, com a cautela devida, dos termos do pedido e a realização de todas as medidas burocráticas necessárias à requisição do edital, caso se mostrassem oportunas.

Isto porque, à luz do que prescreve o § 2º, artigo 113 da Lei nº 8.666/93, a solicitação do edital só poderá ser formalizada pelos Tribunais de Contas até o dia útil imediatamente anterior à data do recebimento das propostas, obrigando-se os órgãos ou entidades da Administração interessada à adoção das providências pertinentes que, em função deste exame, lhes forem determinadas.

Ademais, observo que os índices eleitos se encontram adstritos aos parâmetros usualmente aceitos pela jurisprudência desta E. Corte (entre 1,0 e 1,5), ao passo que a representação não se fez acompanhada de qualquer comprovação documental de que seriam desarrazoados àquele específico ramo de atividade ou segmento de mercado. Decerto que, por limitações inerentes ao rito, tais conclusões não implicam em atestar o escorreito tratamento da matéria à luz da lei de regência e do entendimento jurisprudencial deste Tribunal, mas apenas transferir sua análise aos procedimentos ordinários de fiscalização, notadamente quanto às justificativas previstas no artigo 31, §5º, da Lei nº 8.666/93.

Ante o exposto, indefiro o pedido, deixo de suspender a abertura da licitação e, com fundamento no artigo 220, § 1º do Regimento Interno deste Tribunal, determino o arquivamento deste expediente.

Publique-se.

Aguarde-se o prazo para recurso e comunique-se o fato ao Ministério Público de Contas, arquivando-se ao final.

O cartório deve encaminhar cópia do presente despacho à entidade promotora do certame, por correspondência eletrônica, para ciência, fazendo-o constar dos autos do processo da contratação.

Ao cartório, para cumprir.

PROCESSO: 00007849.989.21-5. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS (CNPJ 46.634.622/0001-72). INTERESSADO(A): MIGUEL TOMAZELA (CPF 835.122.928-87). ASSUNTO: Descumprimento de prazo durante o exercício - Resolução nº 6/2012 - DOE 18/10/12, alterada pela Resolução nº 9/2014. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-09.

JÚLIO CÉSAR MACHADO (OAB/SP 330.136) solicita habilitação nos autos para manifestar-se em nome de MIGUEL TOMAZELA (ev. 15).

O instrumento de mandato juntado aos autos (15.2) foi outorgado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS, não se prestando, por isso, para legitimar a participação do advogado como patrono de MIGUEL TOMAZELA, atual ocupante do cargo de Prefeito.

NOTIFICO MIGUEL TOMAZELA, para no prazo, de 5 dias, caso seja de seu interesse, regularizar a representação de JÚLIO CÉSAR MACHADO (OAB/SP 330.136).

Publique-se e aguarde-se.

PROCESSO: 00008044.989.20-0. INTERESSADOS: SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV (CNPJ 09.041.213/0001-36). JOSE ROBERTO DE MORAES. SERVIDORA APOSENTADA: Sueli Trajano Moscardini, Pis/Pasep Nº 1078709342. ADVOGADO: CESAR AUGUSTO DA COSTA (OAB/SP 148.429). ASSUNTO: MATÉRIA EM EXAME: APOSENTADORIA. EXERCÍCIO: 2017. INSTRUÇÃO POR: DF-2.1 / GDF - II/ DSF - II. EXERCÍCIO: 2017. INSTRUÇÃO POR: DF-04.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a SUELI TRAJANO MOSCARDINI, levado a efeito no âmbito da SPPREV, no exercício de 2017.

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma Resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00021645.989.18-7. ÓRGÃO: FACULDADE DE ODONTOLOGIA - UNESP - CAMPUS DE ARARAQUARA. ADVOGADO: ROSANE GOMES DA SILVA (OAB/SP 315.667). INTERESSADO(A): ELAINE MARIA SGAIVOLI MASSUCATO. EDSON ALVES DE CAMPOS. ASSUNTO: INTERESSADO: SÉRGIO SUALDINI NOGUEIRA. EXERCÍCIO: 2017. INSTRUÇÃO POR: UR-13.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a SÉRGIO SUALDINI NOGUEIRA (ev. 9).

No decorrer do trâmite processual, a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP apresentou apostila retificatória no evento 92.

O processo encontrava-se sobrestado, por força do Despacho do evento 97.

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00023832.989.19-8. ÓRGÃO: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (CNPJ 46.068.425/0001-33). ADVOGADO: FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO (OAB/SP 210.899) / LIVIA RIBEIRO DE PADUA DUARTE (OAB/SP 317.158). INTERESSADO(A): MARCELO KNOBEL. ASSUNTO: Interessado: Mauricio Ferreira Magalhães. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: UR-03.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a MAURICIO FERREIRA MAGALHÃES (ev. 12).

No decorrer do trâmite processual, a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP apresentou apostila retificatória no evento 36.

Instruída a matéria, abriu-se vista ao Ministério Público de Contas - MPC, tendo ele proposto (ev.59) e obtido (ev.65) a "suspensão da análise em questão, até que o Plenário do Supremo Tribunal Federal venha a apreciar a cautelar deferida na ADI 6.257".

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00007726.989.18-9. ÓRGÃO: FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - UNESP - CAMPUS DE MARILIA (CNPJ 48.031.918/0008-09). ADVOGADO: GERALDO MAJELA PESSOA TARDELLI (OAB/SP 77.852) / LAIS MARIA DE REZENDE PONCHIO (OAB/SP 88.029) / PAULO CESAR FERREIRA (OAB/SP 104.285) / MARCO AURELIO BARBOSA CATALANO (OAB/SP 166.237) / MELLYSSA CLAUDIA DE FALCHI TOMASINI (OAB/SP 180.898) / ROSANE GOMES DA SILVA (OAB/SP 315.667) / (OAB/SP 353.879). INTERESSADO(A): MARCELO TAVELLA NAVEGA. ASSUNTO: Interessada: Maria Candida Soares Del Masso. EXERCÍCIO: 2017. INSTRUÇÃO POR: UR-04.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO (ev. 10).

Instruída a matéria, solicitou-se a oitiva da Secretária Diretoria-Geral – SDG, tendo ela proposto (ev.107) o sobrestamento do feito em face da decisão proferida pelo E. Presidente do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.257.

Acolhida a proposta, o processo encontrava-se sobrestado, por força do Despacho do evento 113.

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00006628.989.17-0. ÓRGÃO: FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - UNESP - CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE (CNPJ 48.031.918/0009-81). ADVOGADO: PAULO CESAR FERREIRA (OAB/SP 104.285) / MARCO AURELIO BARBOSA CATALANO (OAB/SP 166.237) / MELLYSSA CLAUDIA DE FALCHI TOMASINI (OAB/SP 180.898) / ROSANE GOMES DA SILVA (OAB/SP 315.667). INTERESSADO(A): MARCELO MESSIAS. ASSUNTO: Interessado: Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi. EXERCÍCIO: 2016. INSTRUÇÃO POR: UR-05.

Trata-se de ato de concessão inicial de aposentadoria a CRISTIANO AMARAL GARBOGGINI DI GIORGI (ev. 11).

Instruída a matéria, solicitou-se a oitiva da Secretária Diretoria-Geral – SDG, tendo ela proposto (ev.104) o sobrestamento do feito em face da decisão proferida pelo E. Presidente do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.257.

Acolhida a proposta, o processo encontrava-se sobrestado, por força do Despacho do evento 110.

Com o advento da Resolução nº 1/2021 (SEI nº 0003113/2021-08), publicada na edição de 23 de março de 2021 do Diário Oficial do Estado (Caderno do Poder Legislativo, pp. 17-18), a competência para decidir a respeito foi transferida a Auditor, segundo a nova redação conferida pelo art. 1º ao inciso IX do art. 57 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Considerando o exposto e os termos da Disposição Transitória única da mesma resolução, encaminhem-se os autos à Presidência, para efeito de distribuição a Auditor, de acordo com as regras aplicáveis ao caso.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00020983.989.20-3. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA AZUL (CNPJ 44.229.839/0001-71). CONTRATADO(A): CENTRO DE SERVICOS DE SAUDE MEDCAL (CNPJ 26.635.388/0001-90). INTERESSADO(A): AUGUSTO FRASSETTO NETO (CPF 122.169.598-39). ASSUNTO: 2º Termo de Aditivo de Prazo - Assinado em 22/11/2019. Finalidade: aditar o Contrato nº 113/2017 por mais 12 (doze) meses. EXERCÍCIO: 2019. INSTRUÇÃO POR: UR-06. PROCESSO PRINCIPAL: 16713.989.19-2.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00023885.989.20-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOCORRO (CNPJ 46.444.063/0001-38). ADVOGADO: CAROLINA MANTOVANI BOVI ZANESCO (OAB/SP 213.628) / JOSE RICARDO CUSTODIO DA SILVA (OAB/SP 264.664). CONTRATADO(A): LIMPAV TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA (CNPJ 27.968.554/0001-33). INTERESSADO(A): ANDRE EDUARDO BOZOLA DE SOUZA PINTO (CPF 154.646.228-70). LUCIANA PELATIERI SIQUEIRA (CPF 326.768.148-00). ASSUNTO: Acompanhamento de Execução Contratual - Contrato nº 049/2020 de 07/08/2020 - Edital nº 003/2020 - Tomada de Preços nº 003/2020 - Objeto: Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços de obras de engenharia, com fornecimento de materiais, visando a Ampliação do Aterro Sanitário do Município de Socorro/SP, visando a Preparação de área para disposição adequada dos resíduos sólidos (frente de operação), implantação de manta para a impermeabilização do solo, construção de reservatório para armazenamento de chorum, implantação do sistema de drenagem de lixiviado (chorme) dos gases e de drenagem das águas superficiais e implantação de poços de monitoramento, além da análise preliminar das águas subterrâneas e da água superficial da primeira camada. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-19. PROCESSO PRINCIPAL: 23593.989.20-5.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00004822.989.21-6. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIADEMA (CNPJ 46.523.247/0001-93). ADVOGADO: SOFIA HATSU STEFANI (OAB/SP 69.372) / EDSON RODRIGUES VELOSO (OAB/SP 144.778). CONTRATADO(A): CONSORCIO PERALTA - CONSTRUBAR (CNPJ 26.581.185/0001-69). INTERESSADO(A): JOSE MARCELO FERREIRA MARQUES (CPF 782.157.228-49). ASSUNTO: Termo Aditivo nº 04/2021, do Contrato nº 03, DE 31/01/17. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: DF-04. PROCESSO PRINCIPAL: 5027.989.17-7.

Mantenham-se os autos sobrestados enquanto se aguarda oportunidade adequada para deliberação quanto ao mérito de seu objeto.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00004354.989.21-2. CONTRATANTE: EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A - EMDEC (CNPJ 44.602.720/0001-00). ADVOGADO: ANA PAULA TARANTI (OAB/SP 174.171) / FERNANDA SOARES DE MARIALVA (OAB/SP 197.715) / DANIELA CRISTINA SILVA DO PRADO (OAB/SP 231.138) / JOSE AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB/SP 293.094) / ISADORA ALMEIDA MARTINS DE PAULA (OAB/SP 331.028) / FERNANDA SARTORI MARQUES VIEIRA (OAB/SP 335.548). CONTRATADO(A): REGIONAL SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI (CNPJ 13.987.152/0001-71). INTERESSADO(A): AYTORN CAMARGO E SILVA (CPF 082.898.318-62). ASSUNTO: Representação contra decisão da EMDEC/Campinas que rescindiu a homologação do Pregão Eletrônico 004/2020 a favor da empresa TOZZI Segurança Patrimonial EPP, em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, por exigir documentos no ato da assinatura do contrato não especificados no edital referente Processo nº 00022918.989.20-3. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO(S) DEPENDENTES(S): 00022918.989.20-3.

PROCESSO: 00022918.989.20-3. REPRESENTANTE: TOZZI SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI (CNPJ 33.449.264/0001-86). ADVOGADO: JOSE CARLOS PACHECO DE ALMEIDA (OAB/SP 209.124). REPRESENTADO(A): EMPRESA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DE CAMPINAS S/A - EMDEC (CNPJ 44.602.720/0001-00). ADVOGADO: ANA PAULA TARANTI (OAB/SP 174.171) / FERNANDA SOARES DE MARIALVA (OAB/SP 197.715) / DANIELA CRISTINA SILVA DO PRADO (OAB/SP 231.138) / JOSE AUGUSTO DA SILVA JUNIOR (OAB/SP 293.094) / ISADORA ALMEIDA MARTINS DE PAULA (OAB/SP 331.028) / FERNANDA SARTORI MARQUES VIEIRA (OAB/SP 335.548). ASSUNTO: Representação contra decisão da EMDEC/Campinas que rescindiu a homologação do Pregão Eletrônico 004/2020 a favor da empresa TOZZI Segurança Patrimonial EPP, em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, por exigir documentos no ato da assinatura do contrato não especificados no edital. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-03. PROCESSO PRINCIPAL: 4354.989.21-2.

Ficam os contratantes NOTIFICADOS para, no prazo de 15 dias, conhecerem o teor dos Relatórios de Fiscalização produzidos na UR-3 (evs. 18 e 14, respectivamente) e, ante aí o contido, apresentarem justificativas pertinentes, juntando provas documentais quando as circunstâncias assim o exigirem.

Publique-se e aguarde-se.

Por impertinente, bloqueie-se o conteúdo do despacho de ev. 24 do proc. 4354.989.21-2.

PROCESSO: 00010424.989.20-0. CONTRATANTE: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE - SOCORABA (CNPJ 71.480.560/0001-39). CONTRATADO(A): ECOLAB QUIMICA LTDA (CNPJ 00.536.772/0032-49). ADVOGADO: ANDRE MARQUES GILBERTO (OAB/SP 183.023). INTERESSADO(A): MAURI GIAO PONGITOR (CPF 049.851.078-67). ASSUNTO: Contrato nº 6/2020, de 11/2/2020; Objeto: Fornecimento de composto químico e prestação de serviços técnicos para geração de dióxido de cloro, destinados ao tratamento de água potável; Vigência: 24 meses, de 11/2/2020 a 11/2/2022. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-09. PROCESSO PRINCIPAL: 9457.989.20-0. RECURSO(S)/AÇÃO(ÕES) VINCULADO(S): 00008091.989.21-0.

Ciente quanto ao teor do Roteiro de Verificação produzido na UR-9 (ev. 60).

Restituam-se os autos a essa repartição para continuidade do acompanhamento da execução contratual, em periodicidade adequada à conveniência do serviço, a critério do responsável.

Publique-se e cumpra-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELA CONSELHEIRA SUBSTITUTA SILVIA MONTEIRO.

PROCESSO: 00006850.989.21-1. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANA (CNPJ 49.520.133/0001-88). INTERESSADO(A): WHELSLEN THIEGO SCAIONE CACHOEIRA (CPF 331.019.288-18). ASSUNTO: Fiscalizações Ordenadas - Exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-05. PROCESSO PRINCIPAL: 6824.989.20-6.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada – Ouvidorias (ev. 14), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.

Após, retomem os autos à UR-5 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00012695.989.20-2. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAVIÃO PEIXOTO (CNPJ 01.559.766/0001-73). ADVOGADO: EDUARDO ROIS MORALES ALVES (OAB/SP 150.801) / CLEZIO LUIZ OLIANI JUNIOR (OAB/SP 224.831). CONTRATADO(A): LAFAR ENGENHARIA E SERVICOS

EIRELI (CNPJ 27.899.360/0001-23). INTERESSADO(A): GUSTAVO MARTINS PICCOLO (CPF 297.901.208-42). ASSUNTO: ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO. CONTRATO 17/2020 - Tomada de Preços no 14/2020. OBJETO: execução das obras de Construção do Novo Pronto Socorro Municipal Augusto Gubernatti, localizada na Rua Maracanã, Nº 725 - Centro - Gavião Peixoto/SP. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: UR-13. PROCESSO PRINCIPAL: 12562.989.20-2.

Ficam os contratantes NOTIFICADOS para, no prazo de 30 dias, conhecerem o teor do Roteiro de Verificação produzido no NAEC/UR-13 (ev. 84) e tomarem medidas adequadas ao saneamento das irregularidades aí apontadas.

Fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE GAVIÃO PEIXOTO NOTIFICADA para, no mesmo prazo, providenciar a atuação de tantos processos individuais quantos são os termos de aditamento referidos no ev. 84.2, como rezam as normas de organização do processo eletrônico (art. 103 das Instruções 01/2020 (DOE de 22/09/2020)), sob pena de a matéria não ser conhecida.

Por fim, deverá a PREFEITURA MUNICIPAL DE GAVIÃO PEIXOTO providenciar a atuação do Termo de Recebimento Definitivo - de acordo com o art 107 c.c. parágrafo único das Instruções 1/2020 (DOE de 02/09/2020) - tão logo seja emitido.

Publique-se e restitua-se à UR-13 para continuidade do acompanhamento da execução contratual, em periodicidade adequada à conveniência do serviço, a critério do responsável.

PROCESSO: 00005820.989.21-8. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POA (CNPJ 55.021.455/0001-85). CONTRATADO(A): PILAO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (CNPJ 01.294.872/0001-72). INTERESSADO(A): GIANCARLO LOPES DA SILVA (CPF 272.494.568-90). ASSUNTO: TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRAS. Contrato nº 110/2019. Origem: Protocolo Digital n.º 4960. EXERCÍCIO: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-06. PROCESSO PRINCIPAL: 13202.989.19-0.

Determino que se interrompa o sobrestamento do processo 13847.989.19 e que seja encaminhado, juntamente com o presente, ao MPC.

Antes, junte-se cópia deste despacho ao processo retro-mencionado.

Publique-se e cumpra-se.

PROCESSO: 00007028.989.21-8. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE DO SUL (CNPJ 45.138.070/0001-49). ADVOGADO: BARCELOS ANTONIO SILVEIRA (OAB/SP 309.428). INTERESSADO(A): EVANDRO FARIAS MURA (CPF 255.499.628-88). ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-11. PROCESSO PRINCIPAL: 6977.989.20-1.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada – Ouvidorias (ev. 13), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.

Após, retomem os autos à UR-11 para prosseguimento de sua instrução.

PROCESSO: 00007042.989.21-0. ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDRADINA (CNPJ 44.428.506/0001-71). INTERESSADO(A): MARIO CELSO LOPES (CPF 704.912.248-34). ASSUNTO: Fiscalizações ordenadas - exercício 2021. EXERCÍCIO: 2021. INSTRUÇÃO POR: UR-11. PROCESSO PRINCIPAL: 7178.989.20-8.

Fica o sr. Prefeito Municipal NOTIFICADO para que tome conhecimento do Relatório da Fiscalização Ordenada – Ouvidorias (ev. 13), que contém os apontamentos e resultados verificados no período em exame, e ADVERTIDO de que a falta de adoção de medidas corretivas poderá implicar na emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas anuais.

Publique-se.